

# Liberdade Sindical na Administração Pública



## O que vai aprender nesta formação?

- Reconhecer a Importância da Liberdade Sindical como Expressão de um Estado de Direito Democrático
- Reconhecer a Importância Histórica e a Dimensão Objetiva da Proteção da Liberdade Sindical
- Conhecer Instrumentos de Proteção Internacional que Consagram o Princípio da Liberdade Sindical
- Compreender o Papel dos Sindicatos na Definição e Execução de Políticas de Desenvolvimento Socioeconómico
- Identificar os Principais Desafios Socioeconómicos ao Movimento Sindical
- Reconhecer o Papel da Liberdade Sindical, Previsto na CRP, enquanto Princípio Fundamental para a Garantia da Defesa dos Direitos e Interesses dos Trabalhadores
- Em Especial, Identificar os Direitos Inerentes ao Princípio da Liberdade Sindical, Previstos na Constituição e na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP)
- Reconhecer as Diferentes Estruturas de Representação Coletiva dos Trabalhadores, Previstas na LGTFP

## **Destinatários**

- Dirigentes em cargos de direção intermédia
- Dirigentes em cargos de direção superior
- Trabalhadoras/es da carreira geral de técnico superior
- Trabalhadoras/es da carreira geral de assistente técnico
- Trabalhadoras/es da carreira geral de assistente operacional
- Trabalhadoras/es das carreiras especiais

## **Como está organizado o programa?**

### **INTRODUÇÃO E RAZÃO DE ORDEM**

0.1. Participação e associação: a importância da liberdade sindical como expressão de um Estado de Direito Democrático

0.2. A salvaguarda da realização do interesse público e do normal funcionamento dos órgãos ou serviços

### **MÓDULO 1 – O CONTEXTO SOCIOECONÓMICO DA ATUAÇÃO SINDICAL**

1. O papel dos sindicatos na definição e execução de políticas de desenvolvimento socioeconómico

1.1. Ao nível do ramo de atividade

1.2. Ao nível regional

1.3. Ao nível nacional

1.4. Ao nível internacional

2. Sindicatos e relações sindicais internacionais: as relações sindicais internacionais no contexto das políticas económicas sociais dos espaços económicos internacionais

3. Desafios ao movimento sindical

3.1. Sindicalização e globalização – alterações no contexto laboral, educacional e social

3.2. Sindicalização e crises político-económicas

3.3. Sindicalização e migração

## **MÓDULO 2 – A PERSPETIVA HISTÓRICA DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL**

1. Lei n.º 45/77 de 7 de julho – ratifica a Convenção n.º 87 da OIT, sobre a liberdade sindical e proteção do direito sindical
2. Lei n.º 17/80, de 15 de julho – ratifica a Convenção n.º 151 da OIT, relativa à proteção do direito de organização e aos processos de fixação das condições de trabalho da função pública
3. Resolução da Assembleia da República n.º 64-A/2001, de 17 de outubro – aprova, para ratificação, a Carta Social Europeia Revista, aberta à assinatura dos Estados-Membros do Conselho da Europa em Estrasburgo, em 3 de maio de 1996, e assinada pela República Portuguesa nessa data
4. A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

## **MÓDULO 3 – A PREVISÃO CONSTITUCIONAL PORTUGUESA**

1. A articulação entre os artigos 2.º, 46.º e 55.º da CRP
2. A liberdade sindical como condição e garantia da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores
3. A liberdade de constituição de associações sindicais
4. A liberdade de inscrição
5. A liberdade de organização e regulamentação interna
6. A proibição de discriminação
7. Os direitos das associações sindicais
8. A participação na elaboração da legislação do trabalho
9. A contratação coletiva

## **MÓDULO 4 – EM ESPECIAL, OS SINDICATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

1. A previsão nos artigos 337.º e seguintes da LTFP
2. Os direitos das associações sindicais, nomeadamente:
  - 2.1. Celebrar acordos coletivos de trabalho
  - 2.2. Prestar serviços de carácter económico e social aos seus associados
  - 2.3. Participar na elaboração da legislação do trabalho
  - 2.4. Participar nos procedimentos relativos aos trabalhadores, no âmbito de processos de reorganização de órgãos ou serviços

- 2.5. Estabelecer relações ou filiar-se em organizações sindicais internacionais
3. O desenvolvimento da atividade sindical no órgão ou serviço do empregador público
4. Delegados sindicais, comissões sindicais e comissões intersindicais
5. Competências essenciais à atuação de dirigentes sindicais
6. Os mecanismos de resolução pacífica de conflitos coletivos de trabalho na LTFP

## **Quais as competências comportamentais do ReCAP que esta formação potencia?**

---

- Orientação para a Participação
- Negociação e Influência
- Iniciativa

## **Qual o valor da propina?**

---

100€

## **Requisitos gerais de acesso**

---

Inscrição

## **Quem são os/as formadores/as?**

---



**Hermes Costa**



**Ana T. Ribeiro**



**Sílvia Saraiva**



**Sérgio Agraíno**

Área de Formação: **Cidadania e Participação**

Área Temática: **Participação**

Duração: **10 horas**

Forma de organização da formação: **Formação a Distância (síncrona)**

[Visitar página do Curso](#)

Ficheiro descarregado a: 18/04/2026

